

SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**LAIS SOARES COUTINHO
VANESSA CARINE GIL DE ALCANTARA**

SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**LAIS SOARES COUTINHO
VANESSA CARINE GIL DE ALCANTARA**

2021 - Editora Amplla
Copyright © Editora Amplla
Copyright do Texto © 2021 As autoras
Copyright da Edição © 2021 Editora Amplla
Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares
Diagramação: Higor Costa de Brito
Edição de Arte: Higor Costa de Brito
Revisão: As autoras

Síndrome de Burnout em professores da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro por Lais Soares Coutinho e Vanessa Carine Gil de Alcantara está licenciado sob CC BY 4.0.



Esta licença exige que as reutilizações deem crédito as criadoras. Ele permite que os reutilizadores distribuam, remixem, adaptem e construam o material em qualquer meio ou formato, mesmo para fins comerciais.

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva das autoras, não representando a posição oficial da Editora Amplla. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Todos os direitos para esta edição foram cedidos à Editora Amplla pelas autoras.

ISBN: 978-65-88332-45-0

DOI: 10.51859/amplla.sbp450.1121-0

Editora Amplla
Campina Grande – PB – Brasil
contato@ampllaeditora.com.br
www.ampllaeditora.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Cátia Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará

Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará

Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe

Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista

Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande

Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires

Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas

Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará

Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande

Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais

Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano

Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará

Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador

Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará

Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande

Italan Carneiro Bezerra – Instituto Federal da Paraíba

Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará

Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas

João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina

João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas

João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo

Joilson Silva de Sousa – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba

Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife

Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará

Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis

Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador

Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará

Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará

Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário

Luciana de Jesus Botelho Sodrê dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão

Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central

Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande

Marcelo Alves Pereira Eufrazio – Centro Universitário Unifacisa

Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará

Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz

Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia

Marina Magalhães de Morais – Universidade Federal de Campina Grande

Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais

Natan Galves Santana – Universidade Paranaense

Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso

Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão

Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos

Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará

Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras

Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília

Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará

Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande

Sabrynna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais

Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará

Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia

Silvana Carlotto Andres – Universidade Federal de Santa Maria

Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca

Tatiana Paschoalette Rodrigues Bachur – Universidade Estadual do Ceará

Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba

Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras

Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology

Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande

Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima

Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande

Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz

Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande

**SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE
ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

2021 - Editora Ampla

Copyright © Editora Ampla

Copyright do Texto © 2021 As autoras

Copyright da Edição © 2021 Editora Ampla

Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares

Diagramação: Higor Costa de Brito

Edição de Arte: Higor Costa de Brito

Revisão: As autoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sueli Costa CRB-8/5213

Coutinho, Lais Soares

Síndrome de Burnout em professores da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro [livro eletrônico / Lais Soares Coutinho, Vanessa Carine Gil de Alcantara. - Campina Grande : Editora Ampla, 2021.

49 p.

Formato: PDF

ISBN: 978-65-88332-45-0

1. Ensino - Rede Pública - Rio de Janeiro 2. Síndrome de Burnout 3. Professores 4. Trabalho I. Título.

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Professores : Rio de Janeiro 370

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos os que trilharam essa jornada ao meu lado. Aos que, de alguma forma, contribuíram e me ajudaram a tornar esse sonho real.

Minha gratidão, em primeiro lugar, a Deus, por estar comigo em todos os momentos, sendo sempre meu refúgio e fortaleza.

Aos meus avôs Oscar Soares e Alcides Coutinho, que não estão mais entre nós. Foram grandes homens, que me ensinaram valores importantes para toda a vida.

Aos meus pais e orientadores na vida, Sônia e Denivaldo, por todo investimento, confiança, amor e carinho dedicados a mim.

À minha irmã, Thayza, por sempre ter sido uma inspiração de vida e exemplo de companheirismo.

Ao meu namorado, Igor, por me mostrar que o amor é uma das coisas mais importantes que temos na vida; por torcer, acreditar e se alegrar com minhas conquistas.

Aos meus colegas de turma, por dividirem comigo as dores e delícias do processo de formação em Psicologia.

À professora doutora Vanessa Gil, minha orientadora que, além de uma inspiração profissional, possibilitou-me aprendizagens únicas, por meio do grande incentivo.

À Faculdade Maria Thereza, seu corpo docente e Direção Acadêmica, por me proporcionarem um ensino de qualidade e um ambiente saudável e amigável.

APRESENTAÇÃO

A síndrome de Burnout, também conhecida como a síndrome do esgotamento profissional, é resultante de um estresse ou exaustão extrema, que compromete o indivíduo, impossibilitando-o de realizar suas atividades profissionais. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a síndrome de Burnout está na relação das doenças diretamente associadas ao trabalho. Dentre os fatores que podem resultar na síndrome, o estresse é o mais comum entre os brasileiros e, principalmente, entre profissionais da educação.

Este livro tem como objetivo levantar uma reflexão acerca da síndrome de Burnout e sua implicação na atuação de trabalhadores docentes da rede pública do Estado do Rio de Janeiro. A escolha pela abordagem do tema na atuação de professores tem como finalidade apontar os enfrentamentos experienciados pelos profissionais da educação, e destacar a síndrome de Burnout como uma das causas de afastamento e adoecimento da classe trabalhadora da rede pública de ensino.

Considerando os fatos, apresenta-se uma crítica a respeito da formação e atuação dos professores, juntamente ao contexto no qual estão inseridos, levantando um alerta sobre a realidade presente na atuação e apontando possibilidades que busquem a minimização dos fatores estressores.

Lais Soares Coutinho

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO II - O TRABALHO E OS ASPECTOS QUE DESENCADEIAM O BURNOUT | 11 |
| 2.1 O CONCEITO DA SÍNDROME DE BURNOUT | 13 |
| 2.2 SINAIS E SINTOMAS | 16 |
| 2.3 CAUSAS | 18 |
| 2.4 REVISÃO INTEGRATIVA | 19 |
| CAPÍTULO III - PROFISSÃO DOCENTE | 26 |
| 3.1 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS..... | 28 |
| 3.2 DESVALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO | 30 |
| 3.3 REMUNERAÇÃO..... | 31 |
| 3.4 FORMAÇÃO DEFICITÁRIA | 32 |
| 3.5 EVASÃO ESCOLAR..... | 33 |
| CAPÍTULO IV - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO | 36 |
| 4.1 SAÚDE DOS PROFESSORES | 38 |
| 4.2 O QUE FAZER? | 39 |
| CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS | 41 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 43 |

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Burnout ou, também, Síndrome do esgotamento profissional, é uma doença que surge como consequência do estresse crônico provocado pelo trabalho. É um distúrbio psíquico descrito pelo médico americano Freudenberger no ano de 1974. A doença é registrada no grupo 24, da CID-11, que entrará em vigor em janeiro de 2022.

A profissão docente tem sido alvo de investigações a respeito de sua atuação visto que, na rotina de trabalho do professor, são identificados fatores estressantes, relacionados tanto à atuação quanto à instituição de ensino e a questões sociais. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, a docência é considerada uma atividade de risco desde 1981, atentando para o fato de que o professor integra uma das categorias mais acometidas por doenças ocupacionais. (OIT, 2012). Por essa razão, a Lei nº 3.048/99 se referiu à Síndrome de Burnout como uma doença ocupacional mais comum em pessoas que trabalham no cuidado da saúde, educação e serviços prestados a humanos em geral. (BRASIL, 1999).

A escolha do tema sobre a Síndrome de Burnout se manifestou em concordância com uma experiência própria da autora, oriunda de atuações no meio corporativo. Profissionais de diversas áreas, atuantes em cargos variados, adoeciam e se afastavam de forma repentina e assustadora devido a questões provocadas pelo ambiente de trabalho. Entretanto, nas pesquisas realizadas acerca da temática, foi percebido que o professor é parte de uma das classes que mais sofrem com a doença, e há identificação e grande admiração da autora por esses profissionais.

A importância do trabalho se dá na discussão acerca dos enfrentamentos vividos pela educação e educadores do Estado do Rio. É feito um convite a questionamentos e, assim, posterior valorização da classe docente, que adocece na tentativa de transmitir conhecimento.

O trabalho se justifica pela lacuna existente na produção científica sobre o adoecimento docente pela presença da Síndrome de Burnout, apontando, assim, para a necessidade de um olhar mais atento à temática.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivos analisar a Síndrome de Burnout em professores da rede pública de ensino, apresentar o contexto acerca das causas e consequências da doença e problematizar medidas de prevenção.

No segundo capítulo, são abordadas as relações que se dão por meio do trabalho, a relevância do exercício profissional para o homem, questões ligadas ao adoecimento advindas do ambiente de trabalho e os aspectos que podem desencadear a síndrome. São apresentados o conceito da Síndrome de Burnout, suas causas, sintomas e o tratamento da doença, bem como uma revisão integrativa realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Buscando adentrar e contextualizar a atuação da classe docente, o terceiro capítulo traz uma narrativa epistemológica a respeito do surgimento da profissão, relata a atuação do profissional da educação na atualidade, juntamente com as demandas da profissão, que minam significativamente o exercício da mesma, de uma forma que compromete o desenvolvimento e aprendizado dos alunos, dependentes do ensino público, e a atuação profissional de professores.

O quarto capítulo busca abordar questões acerca da qualidade de vida no trabalho, conceitos e esboço histórico. Faz-se também uma reflexão acerca da saúde do professor, precisamente na esfera precária do ensino público, junto a compreensões a respeito da promoção de saúde e, por fim, políticas públicas que visam atender e promover segurança e satisfação na atividade docente.

O TRABALHO E OS ASPECTOS QUE DESENCADEIAM O BURNOUT

Nas últimas décadas, mais precisamente pelo aumento da competitividade, pela busca e exigência por cada vez mais produtividade e as frustrações relacionadas às atividades realizadas pelo homem, a Síndrome de Burnout tem se tornado uma das causas de maior risco à saúde no meio corporativo, ou seja, na realização do trabalho do homem.

Denomina-se por trabalho toda e qualquer atividade realizada pelo indivíduo, seja ela física ou manual, que gere renda e que possibilite, mesmo que minimamente, condições para administrar a vida e suas complexidades.

O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e dos outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como ser social. (IAMAMOTO, 2001, p. 60)

Na incessante busca por suprir as necessidades pessoais, profissionais e sociais, o trabalho, além de algo primordial para a sobrevivência, é encarado pelo homem como uma questão de utilidade. O homem, para se sentir útil e enquadrado socialmente, entende o trabalho como uma demonstração de prestabilidade e contribuição para o meio. A palavra trabalho vem do latim *tripalium*, um tipo de instrumento que mantinha presos bois e cavalos considerados indóceis. (KUBO; GOUVÊA, 2012, p. 541). De acordo com Carmo (2001), o trabalho pode ser elucidado como:

toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência. E realizando essa atividade, o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com outros homens, estabelece a base para as relações sociais. (CARMO, 2001, p. 15)

O exercício do trabalho, apesar de fundamental e necessário para a sobrevivência, na maioria das vezes não é realizado de forma prazerosa. O indivíduo, na busca do suprimento das necessidades de sua existência, realiza atividades remuneradas que lhe proporcionam alguma

segurança financeira, mas que, nem sempre, promovem a autorrealização, e muito menos o prazer de tal exercício. Seja por falta de oportunidade ou de conhecimento, as atividades exercidas raramente são motivo de satisfação.

A relação trabalho e trabalhador também sofre grande influência do capitalismo. Segundo Nóvoa (1992), o momento atual é da era do consumo, com ideais sociais organizados para compra de bens, sejam eles úteis ou não, numa reprodução capitalista que reforça a ideia de produção ligada, diretamente, a mais possibilidades de consumo.

Contudo, existem pessoas que se recusam a exaltar a atividade do consumo, desta forma, buscam outros modos de viver e trabalhar, compreendem que consumir é uma das atividades que os seres humanos exercem, assim como outras atividades. (DIAS, 2015, p. 10)

O mercado de trabalho, além de competitivo, segue em busca de profissionais cada vez mais qualificados e capacitados a exercerem diversas funções, mesmo que o ambiente não impulsione e promova condições para tal. Diante desse cenário de disputa, acirramento, limitações, incertezas e instabilidades está a classe docente que, mesmo atuando nas salas de aula, enfrenta as mesmas, ou até ainda mais adversidades para exercício de sua profissão.

Os profissionais da educação também sentiram, no dia a dia, as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e do capitalismo ao longo dos anos. Cargas horárias cada vez mais extensas, condições de trabalho insalubres, ausência de vínculo empregatício e direitos trabalhistas e a era digital, que impacta diretamente no exercício profissional dos professores.

E assim, as novas tecnologias como produto humano, que não podem ser pensadas de forma separada do homem, apresentaram também uma característica contraditória: ao mesmo tempo em que se pretendiam poupadoras de mão de obra, também oportunizaram ao homem o repensar de sua própria relação com o trabalho, colocando-o como possibilidade de desalienação. (KANAN; ARRUDA, 2013, p. 3)

No mundo globalizado, é exigido ao profissional da educação uma constante atualização e adaptação das novas tecnologias. Para adaptação à modernidade e atuação nas salas de aula, faz-se necessário um conhecimento mínimo para interação com esse meio.

As tecnologias digitais permitem aos professores trabalhar na fronteira do conhecimento que pretende ensinar. Mais ainda, possibilitam que eles e seus alunos possam ir além e inovar, gerar informações novas não apenas no conteúdo, mas também na forma como são viabilizadas nos espaços das redes. Para isso, além do domínio competente para promover ensino de qualidade, é preciso ter um razoável conhecimento das possibilidades e do uso do computador, das redes e demais suportes mediáticos em variadas e diferenciadas atividades de aprendizagem. (KENSKI, 2001, p. 105)

Em todo momento, faz-se necessário que o trabalhador se adapte ao mercado, de acordo com as exigências que lhe são impostas, exigências essas que obrigatoriamente precisam ser

atendidas, ou até mesmo superadas. Dentro dessa realidade profissional, o trabalhador brasileiro, principalmente os professores, adoece de forma assustadora e repentina. Hoje, no Brasil, já existem princípios e leis que regulam diagnósticos de doenças provocadas pelo ambiente de trabalho, destacando-se a Síndrome de Burnout, cada vez mais comum na realidade dos profissionais. O diagnóstico dessa doença é mais comum em profissionais que atuam diretamente em contato com outras pessoas.

Segundo o Ministério de Saúde do Brasil (Brasil, 2001), também associada à esfera psicoafetiva e presente em trabalhadores da saúde e em agentes penitenciários, entre outros profissionais da área de serviços ou “cuidadores”, encontra-se uma síndrome específica denominada síndrome de burnout ou síndrome do esgotamento profissional (no Código Internacional de Doenças – CID – classificada como Z73.0). (JACQUES, 2002, p. 339)

De acordo com a realidade do trabalhador e os enfrentamentos vividos diariamente no exercício de sua profissão, podem surgir sintomas da síndrome, que já atinge uma estimativa, segundo a *International Stress Management Association*, de 32% da população brasileira, cerca de mais de 33 milhões de pessoas. O estresse é uma das causas que mais chamam atenção nesses casos, e é o sintoma mais comum no diagnóstico da doença. (BERNARDO, 2019).

Quando surge o estresse e suas consequências, as queixas psicossomáticas, eles não são unicamente expressão de doenças, como se acredita normalmente, mas sinalizam pressões externas que precisam ser compreendidas e gerenciadas para se atingir bem estar e desempenho adequado no trabalho. (LIMONGI FRANÇA; RODRIGUES, 2009, p. 169)

A Síndrome de Burnout nem sempre é diagnosticada de forma rápida, pois pode ser confundida com o estresse do dia a dia, e esse nem sempre é provocado pelo ambiente de trabalho, mas pode ser um sinal do que está por vir. A doença se propaga de forma lenta, evidenciando cada vez mais que o esgotamento tem conexão com a relação entre trabalho e trabalhador. Embora a doença não seja algo tão novo na realidade da atuação dos professores, o reconhecimento da mesma como uma questão de saúde pública tem sido mais evidente há alguns anos. (BATISTA et al., 2010). O trabalho realizado pelo professor o deixa mais vulnerável e exposto a fatores estressantes que, sendo persistentes, podem desencadear a Síndrome de Burnout.

2.1 O CONCEITO DA SÍNDROME DE BURNOUT

O conceito da Síndrome de Burnout foi criado na década de 70 pela psicóloga social Christina Maslach. Esta percebeu que os profissionais que possuíam esse tipo de transtorno

apresentavam atitudes negativas em relação à atuação profissional e distanciamento pessoal. No ano de 1978, Maslach, após realizar estudos com centenas de trabalhadores e analisar como eles encaravam o trabalho, criou o *Maslach Burnout Inventory* (ALVES, 2017, p. 10), considerado pioneiro em pesquisas a respeito da Síndrome de Burnout.

A síndrome tem seu nome de origem inglesa, composta pelos termos *burn*, que significa “queimar” e *out*, que significa “fora”. Para inúmeros autores, a síndrome pode ser compreendida como uma combustão completa. (MORAES, 2016, p. 22).

A Síndrome de Burnout corresponde a resposta emocional as situações de estresse crônico em razão das relações intensas de trabalho com outras pessoas ou de profissionais que apresentem grandes expectativas com relação ao seu desenvolvimento profissional e dedicação à profissão e não alcançam o retorno esperado. Decorre de um processo gradual de desgaste no humor e desmotivação acompanhados de sintomas físicos e psíquicos. (JODAS; HADDAD, 2009, p. 193)

A Síndrome de Burnout, também conhecida como a Síndrome do Esgotamento Profissional (ARAYAGO et al., 2016), é considerada um distúrbio psíquico, que comumente afeta profissionais que atuam em contato direto com pessoas, o que vem a provocar uma certa deterioração no campo profissional.

Síndrome de Burnout (SB) inclui um conjunto de sinais, sintomas e comportamentos que refletem uma erosão no campo profissional (1). Ela geralmente afeta pessoas que tem muita interação social na área laboral. Ela foi inicialmente descrita por Freudenberger em 1974(4) e, embora existam muitas definições, a mais conhecida é a de Maslach e Jackson, elaborada no desenvolvimento do questionário de medida Maslach Burnout Inventory (MBI) nos anos oitenta, que é caracterizada pela presença de altos níveis de exaustão emocional (AE), despersonalização (DP) e reduzida realização pessoal (RP). (ARAYAGO et al., 2016, p. 5)

Com o passar dos anos, esse transtorno psíquico ganhou destaque em estudos e investigações, em especial em professores, que se têm mostrado cada vez mais expostos ao Burnout. Segundo Arayago et al. (2016), a Síndrome de Burnout pode ser definida como resultado de grande exposição ao estresse profissional, pois tem como principal característica o estado de angústia, tensão emocional e estresse crônico, ambos provocados, geralmente, pelas condições de trabalho que enfrenta o profissional.

Síndrome de Burnout, também chamada de síndrome Burnout, é considerada pela organização mundial de Saúde (OMS) desde 2000 como uma doença de risco ocupacional que causa detrimento do bem-estar mental do trabalhador de saúde que a apresenta, assim como sintomas físicos. Esta síndrome se define como uma resposta ao estresse crônico, sustentado no ambiente de trabalho, composto de atitudes e sentimentos negativos para com as pessoas com quem trabalha e em relação ao papel profissional, bem como a experiência de estar emocionalmente esgotado. (ARAYAGO et al., 2016, p. 6)

Importante ressaltar que, apesar de serem considerados problemas de saúde específicos, há diferenças entre o estresse e a Síndrome de Burnout. De acordo com a Associação Nacional de Medicina do Trabalho (MARTINS, 2019), o Burnout é resultado do estresse crônico, necessariamente provocado pelo ambiente de trabalho. Já o estresse é considerado um tipo de reação fisiológica e automática do corpo às situações presentes no dia a dia. Tal diferença é identificada de acordo com os sintomas apresentados pelo indivíduo, levando-o a um diagnóstico.

O estresse caracteriza-se por modificações físicas e mentais do indivíduo, sendo um processo temporário de adaptação. O Burnout é a resposta a um estado prolongado de estresse, ocorre quando métodos de enfrentamentos falharam ou foram insuficientes. Enquanto o estresse pode apresentar aspectos positivos e negativos, o Burnout tem sempre um caráter negativo. (JACQUES, 2002, p. 339)

É comum que o diagnóstico da síndrome demore a ser descoberto, não pela ausência de sintomas, mas pela falta de conhecimento dos profissionais em relação à doença, suas causas, sintomas e consequências.

Sintomas da síndrome Burnout não constituem um quadro clínico homogêneo, mas que pode apresentar sintomas físicos e psicológicos mais diversos, que são desenvolvidos ao longo de um período, e não de repente. O desconforto físico não tem nenhuma causa orgânica, é psicossomático, ou seja, problemas psicológicos derivam em sintomas físicos como: exaustão, dor de cabeça, queixas gastrointestinais, vertigens, distúrbios do equilíbrio corporal, distúrbios do sono, a susceptibilidade a infecções, palpitações. As queixas psicológicas usuais são: baixa autoestima, maior vulnerabilidade a decepções ou perdas, predisposição ao estresse, diminuição da satisfação no trabalho, sinais de depressão. (ARAYAGO et al., 2016, p. 7)

Os profissionais que exercem atividades em um ambiente que exige envolvimento interpessoal direto, com relações de vínculos pessoais, são os mais afetados e passíveis da doença, não havendo diferenciação na faixa etária, sexo ou condição financeira. De acordo com Moraes (2016), a principal característica da síndrome é a tensão emocional e o estresse crônico, provocados por condições de trabalho desgastantes, sejam de forma física, emocional ou psicológica. Os profissionais que possuem o Burnout também apresentam sinais de isolamento, agressividade, alterações no humor, tristeza e ansiedade. Esses conflitos afetam não só o indivíduo, e sim todos no seu entorno.

Esse estado costuma deixar os profissionais pouco tolerantes, facilmente irritáveis, “nervosos”, “amargos”, no ambiente de trabalho e até mesmo fora dele, com familiares e amigos. (LIMONGI FRANÇA; RODRIGUES, 2009. p. 53)

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Síndrome de Burnout está enquadrada no grupo V, capítulo XXI dos problemas relacionados à estruturação do modo de vida, com classificação CID-10 Z73.0. (BERNARDES, 2018, p. 8). Já na CID-11, que entrará em vigor no ano de 2022, a Síndrome de Burnout se enquadra no capítulo referente a “Problemas Associados ao Emprego ou Desemprego”, com a classificação QD85.

Uma das consequências mais marcantes da síndrome de Burnout é a da barreira que ela impõe entre o profissional e o paciente. Nestes casos, quanto mais sofrimento o paciente apresenta, mais indiferente o profissional parece se tornar, como se existisse uma barreira poderosa entre os dois. (LIPP, 2012, p. 63)

Pelo fato de a síndrome não exigir uma notificação obrigatória, o Ministério da Saúde não contabiliza com precisão o número de trabalhadores brasileiros que são diagnosticados com a doença. De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, comparando os anos de 2017 e 2018, a síndrome registrou aumento de 114,8% nos pedidos do benefício de auxílio-doença. (MUNDO RH, 2019).

A síndrome de burn-out também está incluída no Anexo II (Agentes Patogênicos Causadores de Doenças Profissionais ou do Trabalho) do Decreto n. 3048/99 da Previdência Social. De acordo com o médico e diretor de Relações Internacionais da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), Dr. João Silvestre da Silva Júnior, o afastamento da situação de atividade profissional que é danosa para a saúde é fundamental. “Os casos devem ser avaliados individualmente para entender a repercussão da ocupação naquele caso e o impacto na aptidão para função e na capacidade laborativa. Como síndrome que afeta a saúde do indivíduo, o burn-out pode ser justificativa para o afastamento, mas o adoecimento associado deve ser incluso como diagnóstico secundário. É importante que as empresas emitam a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) nos casos de diagnóstico da síndrome”. (BERNARDES, 2018, p. 8)

Embora a síndrome também esteja presente na Classificação Internacional de Doenças, ela não consta no DSM-5, um catálogo de transtornos mentais. (PEREIRA, 2019).

2.2 SINAIS E SINTOMAS

Embora diagnosticadas de forma diferente, a Síndrome de Burnout apresenta sinais e sintomas semelhantes aos de estresse e depressão. (MORAES, 2016, p. 24). Estudos científicos realizados por Freudenberg (1974) conferiram à Síndrome de Burnout uma significativa diversidade de sinais e sintomas, que variam de indivíduo a indivíduo, e que surgiam cerca de um ano após o início do exercício laboral. Segundo Maslach e Jackson, o Burnout aparentava ter uma relação direta com a insatisfação pessoal, incluindo insônia, exaustão física, abuso de drogas e álcool e problemas familiares. (BERNARDES, 2018, p. 25).

De forma geral, atualmente, os sinais e sintomas mais presentes no Burnout tem como base a exaustão, sendo ela física e mental, despersonalização e baixa realização pessoal. De acordo com Benevides-Pereira (2002), os sintomas da Síndrome de Burnout estão divididos em quatro grupos:

1) Sintomas Físicos: fadiga constante e progressiva, distúrbio do sono, dores musculares ou osteomusculares, cefaleias, enxaquecas, perturbações gastrointestinais, imunodeficiência, transtornos cardiovasculares, distúrbios do sistema respiratório, disfunções sexuais e alterações menstruais. 2) Sintomas Psíquicos: falta de atenção, de concentração, alterações de memória, lentificação do pensamento, sentimento de alienação, sentimento de solidão, impaciência, sentimento de insuficiência, baixa autoestima, labilidade emocional, dificuldade de autoaceitação, astenia, desânimo, disforia, depressão, desconfiança e paranoia. 3) Sintomas Comportamentais: negligência ou excesso de escrúpulos, irritabilidade, incremento da agressividade, incapacidade para relaxar, dificuldade na aceitação de mudanças, perda de iniciativa, aumento do consumo de substâncias, comportamentos de alto risco e suicídio. 4) Sintomas Defensivos: tendência ao isolamento, sentimento de onipotência, perda do interesse pelo trabalho (ou até pelo lazer), absentéismo, ironia e cinismo. (BENEVIDES-PEREIRA, 2002, p. 44)

Elaborado por Christina Maslach e Susan Jackson (1978), o MBI (*Maslach Burn-Out Inventory*) é um instrumento que avalia a presença da doença. (BERNARDES, 2018, p. 29). Utilizado nos dias de hoje como principal ferramenta para medição, o MBI foi aplicado primeiramente em profissionais da área da saúde, pois Maslach e Jackson os consideravam mais propensos ao desenvolvimento da doença.

A versão atual do MBI é composta por 22 perguntas fechadas (ver quadro 1 – abaixo: relacionadas à frequência com que as pessoas vivenciam determinadas situações em seu ambiente de trabalho. Apresenta escala do tipo Likert, com escala ordinal variando de 1 a 7 (1-nunca, 2-algumas vezes, 3-uma vez por mês, 4-algumas vezes por mês, 5-uma vez por semana, 6-algumas vezes por dia e 7-todos os dias). (BERNARDES, 2018, p. 30)

Quadro 1 – Variáveis do MBI

| | |
|--------------|---|
| SB1. | Sinto-me emocionalmente esgotado(a) com o meu trabalho. |
| SB2. | Sinto-me esgotado(a) no final de um dia de trabalho. |
| SB3. | Sinto-me cansado(a) quando me levanto pela manhã e preciso encarar outro dia de trabalho. |
| SB4. | Posso entender com facilidade o que sentem as pessoas. |
| SB5. | Creio que trato algumas pessoas como se fossem objetos. |
| SB6. | Trabalhar com pessoas o dia todo me exige um grande esforço. |
| SB7. | Lido eficazmente com o problema das pessoas. |
| SB8. | Meu trabalho deixa-me exausto(a)! |
| SB9. | Sinto que através do meu trabalho influencio positivamente na vida dos outros. |
| SB10. | Tenho me tornado mais insensível com as pessoas. |
| SB11. | Preocupa-me o fato de que este trabalho esteja me endurecendo emocionalmente |
| SB12. | Sinto-me com muita vitalidade. |
| SB13. | Sinto-me frustrado(a) com o meu trabalho. |
| SB14. | Creio que estou trabalhando em demasia. |
| SB15. | Não me preocupo realmente com o que ocorre às pessoas a quem atendo. |
| SB16. | Trabalhar diretamente com pessoas causa-me estresse. |
| SB17. | Posso criar facilmente uma atmosfera relaxada para as pessoas. |
| SB18. | Sinto-me estimulado(a) depois de trabalhar em contato com as pessoas. |
| SB19. | Tenho conseguido muitas realizações em minha profissão. |
| SB20. | Sinto-me no limite de minhas possibilidades. |
| SB21. | Sinto que sei tratar de forma adequada os problemas emocionais no meu trabalho. |
| SB22. | Sinto que as pessoas me culpam de algum modo pelos seus problemas. |

Fonte: Maslach Burn-Out Inventory, 1986.

É preciso acentuar que cada item do MBI corresponde a uma das três dimensões da síndrome (Codo, Vasques, 1999), sendo que para a Exaustão Emocional existem 9 itens (1, 2, 3, 6, 8, 13, 14, 16 e 20); para a Despersonalização, 5 itens (5, 10, 11, 15 e 22); e para a Baixa Realização Pessoal, 8 itens (4, 7, 9, 12, 17, 18, 19 e 21).

Ressalta-se que Tamoyo (1997) adaptou MBI utilizando uma escala do tipo Likert reduzida que variava de 1 a 5 (1-nunca, 2-raramente, 3-algumas vezes, 4-frequentemente, 5-sempre), em vez de 1 a 7, como a original. O referido pesquisador fez essa alteração com a “finalidade de trabalhar com critérios mais amplos.” (LIMA et al., 2009, p. 4)

2.3 CAUSAS

O Burnout pode ter surgido por diversas razões e, ainda, por aspectos variados. Além do ambiente de trabalho e o desgaste advindo da atuação profissional do indivíduo, o histórico de vida também é um fator de grande influência. Segundo Limongi França e Rodrigues (2009), um dos fatores mais determinantes para o surgimento da síndrome é o desgaste físico e emocional ao qual está submetido o profissional, juntamente ao desequilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

De acordo com Jacques, os aspectos ligados ao indivíduo e os ambientes de trabalho são os fatores principais que fomentam a Síndrome de Burnout.

Atualmente, o termo é utilizado por especialistas da saúde mental para designar um estado avançado de estresse, cuja causa é, exclusivamente, o ambiente de trabalho. A doença é estudada como mais um dos diversos problemas relacionados ao trabalho, a exemplo do estresse, do esgotamento, a falta de repouso e lazer e adversidades no modo de vida, estando classificada no Código Internacional de Doenças (CID-10) sob o código Z73. (JACQUES, 2002, p. 339)

As causas da síndrome podem se dar por inúmeros aspectos e em várias formas de atuação. No caso dos professores, mais precisamente para os da rede pública de ensino, o Burnout é resultado de fatores que são enfrentados por eles diariamente, na busca de uma realização exitosa de suas atividades na docência.

2.4 REVISÃO INTEGRATIVA

Para exposição do conhecimento produzido acerca da Síndrome de Burnout e sua interferência na profissão docente, elaborou-se uma revisão integrativa de literatura, abrangendo publicações dos últimos seis anos, através de busca na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Como opções de busca acerca da temática, utilizaram-se as palavras-chave “síndrome de Burnout”, “profissão docente” e “ensino público”. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos nacionais, publicados em periódicos da área da educação e da saúde. Foram excluídos materiais em língua estrangeira e que não abordavam a relação dos professores com a síndrome de Burnout. A busca dos dados foi realizada nos meses de fevereiro a abril de 2020.

Apesar dos inúmeros materiais encontrados na base de dados LILACS, utilizando o termo Síndrome de Burnout, foram aproveitados apenas três artigos que correspondiam à proposta do trabalho em questão, atendendo à busca temporal das publicações e dados utilizados. O primeiro artigo era relacionado à prevalência do esgotamento profissional em professores; o segundo, baseado no modelo biográfico de Kelchtermans, e o terceiro artigo tratava da relação dos piores níveis do Burnout em professores da educação básica. Da base PePSIC, utilizou-se apenas um artigo, relacionado ao adoecimento mental dos professores no Brasil, por meio de uma revisão sistemática da literatura acerca do tema.

No SciELO, foram encontrados trinta e sete artigos com a utilização do termo “síndrome de Burnout”. Acrescentando à busca o termo “professor”, foram encontrados doze artigos, e oito deles foram incluídos na revisão. Estes tratavam da saúde dos professores do Brasil, efeitos de intervenções na síndrome de Burnout em professores, prevalência da SB em uma escola pública de Niterói, estudo comparativo entre as escolas públicas e privadas, sintomas apresentados em profissionais do ensino público e privado, conhecimento dos profissionais docentes sobre os fatores de risco da SB e uma revisão sistemática a respeito das implicações do ambiente, condições e organização de trabalho.

A seguir, no Quadro 2, estão expostos os artigos selecionados, separados pelo protocolo estabelecido de acordo com títulos, resultados, autores, tipo de estudo, periódico, ano e Qualis CAPES, ordenados cronologicamente.

Quadro 2 – Artigos incluídos na revisão integrativa de literatura

| Título | Resultados | Autores | Tipo de estudo | Periódico | Ano | Qualis |
|--|---|---|----------------|-----------------------|------|--------|
| Implicações do ambiente, condições e organização do trabalho na saúde do professor: uma revisão sistemática | Como principais resultados de desgaste estão os transtornos psicossomáticos, com ênfase no estresse e na Síndrome de Burnout, além dos distúrbios da voz. A carga de trabalho, as relações interpessoais e as condições do ambiente escolar são destacadas como os maiores agentes dessas enfermidades. | LUZ, J. G. et al. | Quali | Ciênc. Saúde coletiva | 2019 | A2 |
| Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios | A análise das características, contextos e condições que determinam os processos de trabalho são essenciais à compreensão do desgaste/adoecimento, não sendo possível conhecer estes processos na ausência de avaliação de níveis de determinação mais | ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; MASSON, M. L. V. | Quantitativo | CSP | 2019 | A2 |

| | | | | | | |
|--|---|-----------------------------|--------------|------------------------------------|------|----|
| | amplos. Assim, o debate sobre o contexto no qual se realiza o trabalho docente, suas características e desafios representou parte importante dos esforços empreendidos. | | | | | |
| Avaliação de efeito de uma intervenção para a Síndrome de Burnout em professores | Os resultados confirmaram parcialmente as hipóteses do estudo, uma vez que somente a ilusão pelo trabalho, o <i>coping</i> focalizado no problema e a variabilidade de emoções apresentaram aumento significativo na avaliação pré e pós-intervenção. | DALCIN, L.; CARLOTTO, M. S. | Quali | Psicol. Esc. Educ. | 2018 | A1 |
| Prevalência da síndrome de Burnout entre professores da Escola Estadual em Niterói, Brasil | A prevalência significativa desta síndrome entre os professores gera alerta sobre as condições de trabalho e a saúde mental desses profissionais. Conclui-se que, a partir dos dados analisados, observou-se que a profissão não possui intervenções para melhorar a qualidade de vida dos professores em seus trabalhos. | SILVA, J. L. L. et al. | Quanti | Enf. Actual de Costa Rica | 2018 | B2 |
| Adoecimento mental em professores brasileiros: Revisão sistemática da literatura | Considerando que a saúde e a educação são condições preponderantes para o desenvolvimento humano e social, é importante atentar aos professores. Frente aos problemas e demandas atuais, esses profissionais precisam de competência pedagógica, social e emocional e estimular a construção crítica dos indivíduos para que aprendam a ser e a conviver na sociedade como sujeitos conscientes, reflexivos e participativos, mas para isso é fundamental que | DIEHL, L.; MARIN, A. H. | Quanti-quali | Estudos Interdiscip. em Psicologia | 2016 | B2 |

| | | | | | | | |
|--|---|-------------------------------|---------|-----------------------|------|----|--|
| | também estejam física e mentalmente saudáveis. | | | | | | |
| Fatores que prevalecem ao esgotamento profissional em professores | Os resultados apresentados permitiram identificar a existência de associação significativa nas seguintes variáveis: vínculo empregatício; satisfação com a remuneração; possui algum tipo de doença. Outra variável que merece atenção é a jornada semanal de trabalho, pois apresentou um valor aproximado de associação com a variável SB. Observou-se que o cargo do professor interfere na percepção em relação ao trabalho. | SILVA, A. F. et al. | Quantil | Cad. Bras. Ter. Ocup. | 2017 | C | |
| Síndrome de Burnout em professores do ensino médio: Um estudo qualitativo baseado no modelo biográfico de Kelchtermans | Os resultados obtidos apontam para a presença de significativos níveis de Exaustão Emocional e Baixa Realização Profissional, duas das três subescalas que caracterizam a Síndrome de Burnout. | RAUPP, L. M; JUSTEN, D. E. | Quali | Rev. Barbarói | 2016 | B1 | |
| Fatores associados a piores níveis na escala de Burnout em professores da educação básica | Na análise bivariada, verificou-se associação da idade e da situação conjugal com algumas dimensões do Burnout. Pessoas mais jovens apresentaram níveis mais elevados de exaustão, despersonalização e baixa realização profissional. À exceção de tempo de profissão e carga horária semanal com alunos, todas as demais características do trabalho associaram-se a piores níveis de exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional. | KOGA, G. K. C. et al. | Quantil | Cad. Saúde Colet. | 2015 | B2 | |
| Síndrome de Burnout em professores: Estudo | Concluiu-se que tanto o contexto público de ensino quanto o privado apresentam estressores | BORBA, B. M. R. et al. | Quantil | Psicol. Argum | 2015 | B2 | |

| | | | | | | |
|--|---|--|--------|----------------------|------|----|
| comparativo entre o ensino público e privado | que podem levar os professores ao adoecimento, dado que permite refletir que a prevalência da Síndrome de Burnout pode estar mais relacionada à categoria profissional em si do que ao setor de trabalho (público ou privado). | | | | | |
| Avaliação comparativa dos sintomas da síndrome burnout em professores de escolas públicas e privadas | Os dados obtidos não permitem quantificar se os docentes apresentam a síndrome de burnout, mas é possível inferir que docentes de instituições públicas apresentam características que os tornam mais propensos a manifestar tal síndrome, quando comparados aos profissionais que atuam no ensino privado. | ESTEVES-FERREIRA, A. A.; SANTOS, D. E.; RIGOLON, R. G. | Quanti | Rev. Bras. Educ. | 2014 | A2 |
| Conhecimento de professores sobre a Síndrome de Burnout: processo, fatores de risco e consequências | Os resultados apontaram que, apesar de algumas aproximações com o modelo teórico, considerar a SB como um tipo de estresse ou depressão indica uma lacuna importante do conhecimento, e que não nomeá-la nem identificá-la em seus estágios iniciais contribui para o seu agravamento. | DIEHL, L.; CARLOTTO, M. S. | Quali | Psicologia em Estudo | 2014 | A2 |
| Preditores da síndrome de Burnout em docentes do ensino privado | Os resultados indicaram um modelo explicativo para cada dimensão da síndrome de Burnout. A maioria dos fatores preditivos refere-se à organização do trabalho, ressaltando-se as dificuldades em relação aos alunos. Os achados deste estudo podem subsidiar programas preventivos do adoecimento mental no trabalho docente. | DALAGASPERINA, E. P.; MONTEIRO, J. K. | Quanti | Psico-USF | 2014 | A2 |

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

De acordo com o conteúdo apresentado, é possível notar que a SB em professores tem sido alvo de estudos e discussões. Ao perpassar pelas obras trazidas nessa revisão, destaca-se a importância da atuação docente e a substancialidade para o meio. O professor é uma das peças chave para a formação e desenvolvimento social. Apesar de toda sua relevância, a docência é uma das profissões mais acometidas pela síndrome de Burnout. Observa-se que o adoecimento desses profissionais tem relação com o ambiente de trabalho, ou seja, o contexto no qual estão inseridos, sua carga horária extensa, o não reconhecimento e valorização da profissão, juntamente com o baixo retorno financeiro.

Os estudos apresentados por Luz et al. (2019), Araújo, Pinho e Masson (2019) e Silva et al. (2017) objetivaram evidenciar quais aspectos relacionais, psicossociais e estruturais estariam ligados à diminuição da aptidão laboral, com a possibilidade do comprometimento da saúde do professor, provocando, assim, o abandono precoce da atuação e afetando algumas funções cognitivas, como a fala e a parte musculoesquelética. Os objetivos das obras também estavam voltados para a identificação de métodos que aferem a saúde e as condições de trabalho as quais o docente se encontra exposto.

Na obra de Silva et al. (2018), afirmou-se que a romantização referente à atuação, responsabilização, autocobrança e, conseqüentemente, à frustração são preditores do adoecimento. De acordo com estudos realizados, ficou evidenciado que as intervenções desenvolvidas acerca da temática apresentaram resultados positivos, a partir do *coping* focado no problema, com maior disposição para a prevenção da doença.

Os trabalhos consultados de Diehl e Marin (2016) e Esteves-Ferreira, Santos e Rigolon (2014) trazem uma perspectiva de comparação entre o adoecimento e sintomas em profissionais da rede pública e privada de ensino, enquanto o estudo de Dalagasperina e Monteiro (2014) trata apenas do ensino privado. Fazendo uma relação entre os três artigos, nota-se que todos trabalharam com a afirmativa de que os profissionais da rede pública apresentaram relatos e características que faziam deles mais propensos a desenvolverem a síndrome, por conta do ambiente de trabalho, mas deixaram claro que os profissionais atuantes dos dois contextos em questão poderiam vir a adoecer, pois também entenderam que a prevalência da síndrome tinha maior relação com o tipo de atividade do que com o modelo institucional.

O conhecimento dos docentes a respeito do Burnout, tema do trabalho de Diehl e Carlotto (2014), apontou que a SB é comumente confundida com depressão ou com o estresse provocado pela rotina, deixando uma lacuna referente à compreensão acerca da doença, tornando mais difícil identificá-la em seus estágios iniciais, podendo contribuir, assim, significativamente para

o seu agravamento. Os profissionais relataram que inúmeros motivos acarretaram sinais e sintomas do adoecimento. Contudo, boa parte acreditava que essa questão estava ligada à indisciplina dos alunos e com a relação entre pais e escola. Koga et al. (2015) também abordaram a relação entre pais e escola como um dos fatores preditores, além da ausência de tempo para lazer e família, ambiente de trabalho hostil e a despersonalização a respeito da atuação.

O trabalho de Diehl e Marin (2016) fez uma revisão da literatura do adoecimento mental dos professores. Dentre as causas mais comuns estava a síndrome de Burnout, e foi apresentada prevalência dos sintomas de ansiedade e estresse crônico. Estudos dos últimos vinte anos apontaram aumento da demanda dessa atividade laboral, despertando interesse nas áreas educacional, de saúde e social.

Os autores Raupp e Justen (2016) apresentaram um estudo qualitativo baseado no modelo de Kelchtermans, que é dividido em três focos principais: trajetória profissional, buscando se ater e analisar o histórico profissional do indivíduo; identidade profissional, visando uma reflexão acerca da percepção do indivíduo a respeito da sua atuação; e o foco na vivência e prática no exercício atual da profissão. Os resultados também apontaram que a síndrome de Burnout está relacionada à história de vida e ao histórico profissional dos professores.

PROFISSÃO DOCENTE

Para compreender a atuação e os enfrentamentos vividos pelos profissionais da educação, faz-se necessário perceber em qual local essa atuação acontece, suas deficiências, prejuízos, os possíveis benefícios lá presentes, todo o processo de preparação/formação desse profissional e o contexto histórico no qual surge a profissão docente.

Na Antiguidade, os filósofos foram as primeiras figuras a representarem os professores, fazendo questionamentos sobre mitos e verdades relacionadas à existência humana, levando a multidão a pensar a respeito. Os pedagogos eram os escravos que levavam os filhos da classe mais alta para observar os filósofos nas ágoras. Dessa maneira, não havia uma relação estabelecida pelo processo ensino-aprendizagem. Embora os processos educacionais fossem variados, em concordância com o corpo social, a figura do professor era o que o representava. (SÁ; ALVES NETO, 2016).

A educação no Brasil teve seu início juntamente com a vinda dos portugueses (1549). As figuras religiosas da época – os padres – eram responsáveis por educar e catequizar os índios que habitavam naquela terra. Eles foram, por muitos anos, as únicas figuras que representavam e possuíam a detenção do saber e do conhecimento. A igreja católica ditava o que deveria ser ensinado e a quem deveriam ensinar, propagando a fé e instruindo com os saberes básicos os nativos, como ler, escrever, contar etc. (SÁ; ALVES NETO, 2016).

Durante um longo período, esse tipo de educação foi considerado o mais adequado, e teve extensão por todo período colonial. O principal objetivo dos jesuítas, que se intitulavam como a “Companhia de Jesus”, era de recrutar e formar fiéis, que servissem não somente a Deus, mas também aos senhores brancos. A educação básica foi inicialmente aplicada nos curumins (crianças indígenas) e, mais tarde, estendeu-se aos filhos dos colonos. A educação média era completamente voltada para os homens, pois para as mulheres ficaria o dever de cuidar do lar e dos primogênitos, que seriam encarregados de cuidar dos negócios deixados pelo pai. (SÁ; ALVES NETO, 2016).

A partir do século XVIII, o ato de lecionar passou a ser possível somente com autorização do Estado. Os então professores precisariam passar por um tipo de avaliação, na qual a idade mínima exigida era de 30 anos, sendo necessário apenas saber ler, escrever, dominar um determinado tema ou assunto, apresentar um comportamento moral e exemplar. Isso delineava, assim, um perfil profissional do professor. No século XIX, o magistério era visto como uma profissão do sexo masculino, pois se considerava que a figura feminina não possuía as mesmas habilidades e não detinha a mesma eficiência dos homens para tal atuação. Essa afirmativa seria aniquilada tempos depois. Quando a responsabilidade da educação passa a ser do Estado surgem novos, porém tímidos formatos e possibilidades para a formação e preparação da profissão docente. (SÁ; ALVES NETO, 2016).

Após a transferência de responsabilidade do ensino para o estado, conforme dito anteriormente, embora tenha havido tímidos avanços em relação à profissionalização da docência, ainda se estaria muito distante de uma genuína discussão ou preocupação a respeito da necessidade de formação e profissionalização de professores, como hoje ainda estamos tão distantes disso na prática, isto é, da formação profissional dos professores em geral. (SÁ; ALVES NETO, 2016, p. 6)

Após a Revolução Industrial, a escola passou a ter um papel mais amplo, tornando-se fundamental para a instrução básica que os trabalhadores que operavam o maquinário necessitavam. Com o aumento da demanda de ensino, fez-se necessário também o aumento do número de professores, o que acabou por provocar algumas modificações em relação à atuação dos profissionais da educação, esboçando um novo olhar e uma certa valorização da docência. Nessa mesma época, os professores do sexo masculino se debandaram para a atuação nas indústrias, possibilitando e viabilizando a inserção da mulher na atuação docente. Desta forma, iniciou-se a busca por melhorias na formação desses profissionais, que se tornariam os responsáveis pelo desenvolvimento social, político e profissional da população. Surgiram, assim, os modelos educacionais e escolares conhecidos atualmente. Apesar de todas as modificações ocorridas ao longo do tempo, as escolas de ensino inicial, médio e superior começaram a ganhar forma e lugar nessa época.

Com o surgimento da proposta que objetivava levar educação para as classes mais populares, provocou-se uma série de debates e discussões que visavam organizar e padronizar o ensino para todos, alcançando, dessa maneira, um maior número de crianças que não tinham acesso ao ensino privado. A ideia de educação em massa e para todos teve grande aceitação, sendo adotada por todo o país, estabelecendo uma responsabilidade governamental com o ensino público de qualidade.

[...] a escola pública foi elevada à condição de redentora da nação e de instrumento de modernização por excelência. Hilsdorf (2005) lembra-nos que apesar da escola pública ter como projeto a educação da grande massa não se tratava de fornecer todo o ensino a toda sociedade, já que esta escola era oferecida nos moldes das elites cafeicultoras da época que visavam normatizar simplesmente os movimentos populares que reivindicavam instrução pública. (PEREIRA; FELIPE; FRANÇA, 2012, p. 7)

Atualmente, segundo dados divulgados pela Prefeitura do Rio (2019), em todo o Estado do Rio de Janeiro existem 1.540 unidades públicas de ensino em funcionamento, um total de 641.118 alunos e 38.229 professores atuantes. O Estado do Rio de Janeiro está entre os lugares no mundo que possuem o maior número de escolas públicas, e tem cerca de 80% de absorção dos estudantes. (LONGAIGH, 2017). Como resultado disso, o Rio é também um dos lugares com mais casos de afastamento de professores por conta das exposições advindas do ambiente de trabalho. Segundo dados publicados no G1 pelo RJTV (2018), uma pesquisa realizada no primeiro semestre de 2018 indicou que houve 2.653 licenças, e metade delas foram provocadas por problemas psiquiátricos.

Na perspectiva pública, a categoria de professores sofre muitas críticas, é extremamente cobrada em seus fracassos e raramente é reconhecida por seu sucesso. Nenhuma categoria tem sido tão severamente avaliada e cobrada pela população em geral nas últimas décadas como a de professores (FARBER, 1991, p. 321)

O corpo docente atuante da rede pública de ensino do Estado se depara com uma série de fatores que dificultam e, em alguns casos, chegam a impossibilitar as atividades desse profissional.

Entre as inúmeras demandas enfrentadas pelos professores, destaca-se a sobrecarga mental e a emocional. A função docente se caracteriza pela exigência de altos níveis de concentração, precisão e atenção diversificada. Do ponto de vista emocional, lhe é exigido envolvimento com os alunos, pais ou responsáveis, colegas e equipe técnica, relações estas que, em muitas ocasiões, podem ser ou tornar-se conflitivas (SALANOVA; MARTÍNEZ; LORENTE, 2005, p. 39)

Os professores também padecem pelo caos social instaurado nas escolas públicas da atualidade, além de condições de trabalho insalubres, violência urbana, não valorização profissional – tanto do sistema como do corpo discente e o não retorno financeiro esperado. Dentre as queixas dos profissionais, somam-se a alta carga horária, o conflito entre os próprios alunos e a falta de estrutura e ferramentas para lecionar.

3.1 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Dentre os fatores que comprometem a atuação dos professores presentes nas escolas atualmente, a violência tem indicadores alarmantes. Segundo dados publicados pela

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o Brasil lidera o ranking de violência sofrida pelos professores dentro das escolas. (FERREIRA, 2016). Essa temática ganhou contornos preocupantes, por estar ligada ao uso de drogas e armas letais, passando a ser vista como um problema social. Segundo Soares e Machado (2014, p. 342), a violência é também o reflexo das diferentes classes sociais, dos locais de moradia do corpo discente e o contexto social e familiar no qual estão inseridos.

A violência escolar também pode ser entendida como vestígios da violência urbana no Estado. Grande parte das escolas se localizam nas proximidades de comunidades que são dominadas pelo tráfico de drogas. De janeiro a maio de 2019, foi registrado o número de 453 tiroteios ao redor de escolas públicas, indicando aumento de 54% se comparado ao mesmo período do ano de 2018. (CARVALHO; SALES, 2018). Fatores como esse, que colocam os profissionais e os alunos em risco, impactam diretamente no aprendizado tanto quanto na atuação do profissional da educação, resultando em uma falta de estímulo e comprometimento, capacitação e acesso ao conhecimento dos alunos, impossibilitando, de alguma forma, a atuação dos profissionais.

A falta de motivação causada pela violência escolar impede que os professores realizem seus trabalhos de maneira satisfatória, gerando prejuízos para alunos, escola e para o país. A violência que os professores enfrentam são resultados de inúmeros fatores, dentre eles destacam-se: pouca segurança na escola e imediações, carência em punições administrativas e judiciais mais severas aos alunos indisciplinados ou violentos e a omissão da família na vida educacional dos filhos. Muitos são os relatos de profissionais que sofreram algum tipo de violência física ou moral e que não procuram seus direitos por medo de represálias de alunos ou de suas famílias. (GURGEL; MATOS, 2012, p. 5)

Segundo Benedetti e Marco (2016, p. 45), é habitual que os professores tenham que lidar com determinados alunos que tenham algum tipo de envolvimento com tráfico de drogas e/ou crime organizado, ou que até mesmo possuam algum familiar que tenha envolvimento nessas atividades ilícitas e seja reconhecido por tal, ocupando um lugar de prestígio e respeito. Isso é ainda mais comum nas escolas ao redor de comunidades. Esses alunos, que de alguma forma possuam um “status” perante a comunidade, podem tentar intimidar professores e gestores da unidade escolar. Alguns deles, ou sua grande maioria, utilizam-se desse tipo de poder, colocando-se no lugar de “intocáveis”, considerando-se isentos de responsabilidade nos deveres e obrigações impostas pela escola.

3.2 DESVALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO

Outro grande fator, gerador de uma certa insatisfação em relação à profissão, é a falta de valorização do professor. Se antes esse profissional era visto como detentor do saber, ocupando um lugar de respeito mútuo e soberania, atualmente já não recebe nenhuma dessas reverências. Seja entre os alunos ou entre os próprios colegas de profissão, eles já não se enxergam com a mesma importância e valorização social.

Por isso, é necessário que ressalte o óbvio: toda profissão deve oferecer ao ser humano um mínimo de valorização social e, no seu exercício, as relações interpessoais devem pautar-se por um mínimo de respeito e consideração entre as partes. E é exatamente isso que os professores não têm tido mais em sua profissão: de um lado, o desrespeito, o desinteresse e o menosprezo dos alunos; de outro, a indiferença e a desvalorização do sistema educacional. (BENEDETTI; MARCO, 2016, p. 42)

Outro impacto consequente da não valorização do profissional da educação é o fato de ser uma das profissões cada vez menos procuradas e desejadas pelos jovens na atualidade. Além da pouca qualidade e a escassez de infraestrutura nas escolas públicas, o baixo salário torna a profissão não atrativa. A falta de estrutura nesse meio impossibilita o desenvolvimento de atividades simples, como escrever em quadros, sentar-se em carteiras, possuir material escolar, dentre outros. Hoje, o Estado do Rio de Janeiro apresenta um sistema de ensino caótico, sem investimentos, organização, regras, motivação e competência de gestão.

De acordo com Benedetti e Marco (2016, p. 113), ao professor são atribuídas outras inúmeras “obrigações” que não lhe cabem e que nem mesmo lhe são ensinadas durante sua formação. Além de ser responsável por transmitir conhecimento e informação, também é atribuído a ele, culturalmente e socialmente, o lugar de “cuidador”, responsável pela formação daquele indivíduo e suas implicações sociais, o que torna a escola pública um ambiente injusto e desanimador. Questões extremamente incoerentes, se comparadas à realidade de atuação do corpo docente das escolas públicas.

Juntamente com todas essas questões, o professor também se depara com uma carga horária bastante extensa. Talvez pela falta de mão-de-obra qualificada, os profissionais qualificados e que ainda não estão afetados biologicamente pelo sistema público de ensino sofrem com a demanda de trabalho excessiva, não condizente com sua remuneração. Salas sem estrutura e cada vez mais cheias e horas de trabalho intensificadas também são geradores de estresse, pouca produtividade e adoecimento.

3.3 REMUNERAÇÃO

Possivelmente, o retorno financeiro é o maior desmotivador para se optar pela docência. Seja nas redes públicas ou privadas de ensino, para obter uma bonificação significativa é necessário se dedicar a horas intensivas de atuação dentro das salas de aula. Uma realidade das redes públicas é o possível atraso dos salários. As greves dos profissionais que atuam nas escolas (professores, gestores, inspetores etc.) são vistas diariamente nos noticiários. A paralização é uma das formas encontradas por eles para se manifestarem contra o descaso com sua profissão.

Segundo estudo divulgado pela “*Education at a Glance*” (2018), os professores brasileiros ficam em último lugar no quesito remuneração em praticamente todas as etapas de ensino, exceto na educação infantil. No Brasil, o salário dos professores varia de acordo com estados e municípios de atuação. Hoje, o Estado do Maranhão, seguido do Mato Grosso do Sul, lidera o ranking de maior remuneração desses profissionais, chegando a pagar uma média de R\$ 5.751,00 para uma carga horária de 40 horas semanais. Nesta comparação, divulgada através de um infográfico, do Jornal Gazeta do Povo, o Rio de Janeiro se encontra em 22º lugar, pagando uma média de R\$ 2.350,00 para a mesma carga horária, ficando à frente somente dos estados do Pará, Acre, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. (SANTIAGO, 2019).

Para o ano de 2019, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu um reajuste salarial de 4,17% para os professores da rede pública de ensino, em todo o país.

O piso salarial foi estabelecido pela Lei nº 11.738 em cumprimento ao que determina a Constituição Federal, no artigo 60, inciso III, alínea “e”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Pelo dispositivo, o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica é atualizado, no mês de janeiro, a partir de 2009. No parágrafo único do artigo, é definido que essa atualização será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do Valor Anual Mínimo por Aluno (VAA) referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019)

De acordo com informações publicadas pelo site Salário (2019), junto aos dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que é o dispositivo oficial utilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para acompanhar a situação da mão de obra formal no Brasil, as diferenças salariais entre os municípios também são comuns. Em uma comparação realizada com cinco municípios do Estado do Rio de Janeiro, a remuneração dos professores apresenta as seguintes médias salariais: São Gonçalo, com R\$ 1.837,13; Campos dos Goytacazes, com R\$ 1.489,98; Nova Friburgo, com R\$ 1.568,69; Duque de Caxias, com R\$ 1.465,74 e Rio de Janeiro, com R\$ 3.072,43.

Assim como as regiões do país e os municípios do Estado, a etapa educacional também apresenta certa diferença salarial. Da educação infantil até o quinto ano do ensino fundamental I, a média da hora/aula é de R\$ 14,27. Do sexto ano do ensino fundamental I ao ensino médio, a média da hora/aula é de R\$ 18,62. Esses dados sinalizam o quanto o profissional da educação precisa de horas excessivas de trabalho para ter direito a uma média salarial parcialmente significativa.

3.4 FORMAÇÃO DEFICITÁRIA

São muitas as questões que tratam acerca da desvalorização do profissional. Contudo, é inevitável não citar a formação deficitária, que apresenta precarização desde as séries iniciais. O curso de Pedagogia é oferecido por um valor inferior se comparado aos demais cursos, o que também acaba por atrair pessoas que buscam apenas o nível superior, ao invés de profissionais que queiram qualificação para a área e que possuam vocação para tal atuação. (SPOLIDORIO, 2018).

A profissão professor se constituiu graças a um enquadramento do Estado, que substituiu as figuras religiosas por profissionais em fase inicial, que entendiam como mais preparados e esclarecidos para representarem a detenção do ensinar. Os professores dos séculos XVIII e XIX começaram a dar voz ao modelo de escolarização, conquistando a confiança do Estado, que passou a entender a necessidade da criação de condições para a profissionalização dessas pessoas.

A preocupação em torno da qualificação do profissional docente e suas condições de trabalho não são recentes. Todavia, na atualidade, essa temática tem trazido reflexões preocupantes e marcantes para a profissão, levando a um receio do que ainda está por vir. Todas as questões que envolvem a escola criam o questionamento sobre que tipo de currículo é necessário e se deseja construir, juntamente com o tipo de formação que gostariam de ter. Segundo Gatti (2016):

Embora os currículos encontrem boa sustentação no discurso científico clássico, o volume e a constante mudança em conhecimentos, áreas de saber e formas de conhecer, trazem para os currículos escolares e a formação dos docentes um grande desafio. (GATTI, 2016, p. 166)

A realidade sobre a formação dos professores nas instituições não exhibe o melhor dos cenários. O desenvolvimento na licenciatura, e até mesmo do curso de Pedagogia simplesmente não acontece. As iniciativas consideradas inovadoras não ganham expansão e ficam restritas às

poucas instituições que abraçam a ideia de inovação e desenvolvimento dessa formação. O processo não apresenta avanços, mas o professor é considerado o detentor do saber prático-teórico, responsável por formar sujeitos, como uma imposição da sociedade.

Em cursos de formação de caráter especial, desenvolvidos pelo Ministério da Educação ou por Secretarias de Educação em parceria com Universidades, notam-se alguns avanços curriculares, seja no desenho da matriz curricular ou de módulos, seja nos conteúdos e materiais didáticos. Estas inovações se desenvolvem ainda em paralelo ao sistema regular de cursos, que via de regra mantém cristalizados esquemas antigos de formação. (GATTI, 2016, p. 167)

A grade curricular do curso de Pedagogia possui carga horária total de 3.200 horas, distribuída em quatro anos de formação. (GUIA DA CARREIRA, 2019). O intuito da formação é que os professores, ao concluírem a graduação, estejam aptos para atuar em ambientes escolares e não escolares. Embora a carga horária teórica/prática seja extensa, o profissional da educação não é qualificado para lidar com situações adversas, presentes na sua atuação. A remuneração defasada, um ambiente de trabalho hostil e as condições pouco favoráveis para atuação são algumas das tantas adversidades que ocorrem na rotina do profissional da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro.

Outro ponto importante a ser levantado são as possibilidades de estágio, que são a oportunidade da aplicação prática do conhecimento teórico. Na maioria das instituições, o programa de estágio se apresenta de forma bastante precária. É permitido ao estagiário uma simples observação das aulas e demais atividades que são realizadas. Não há um acompanhamento contínuo e avaliativo de um supervisor, bem como suporte da instituição de ensino para a realização do mesmo.

Os dados referentes aos estágios padecem de uma série de imprecisões. Estas praticamente inviabilizam uma análise do que acontece realmente nesses espaços de formação a partir apenas dos currículos. Não obstante, as observações largamente difundidas sobre o funcionamento dos cursos de Pedagogia nos autorizam a sugerir que a maior parte dos estágios envolve atividades de observação, não se constituindo em práticas efetivas dos estudantes de Pedagogia nas escolas. (GATTI, 2016, p. 1371)

3.5 EVASÃO ESCOLAR

Assim como toda e qualquer instituição de ensino, as escolas da rede pública apresentam um número expressivo de evasão escolar. Uma pesquisa realizada no ano de 2018 pelo Banco Mundial sinalizou que 52% dos jovens que abandonaram a escola tinham cerca de 19 a 25 anos, estando todos eles com a formação atrasada em relação à sua idade. Segundo a pesquisa (INSTITUTO UNIBANCO, 2018), a faixa etária de 15 a 17 anos também apresenta números

crescentes anualmente em relação ao abandono, evidenciando que a evasão escolar é uma realidade nas escolas entre os jovens e adolescentes.

A não conclusão da formação básica gera consequências não só para os que abandonam a escola, mas para o país. (CANAL TÉCNICO, 2018). A ausência de profissionais qualificados para atuação gera cada vez mais desemprego, o que impacta diretamente na economia e no aumento da desigualdade social. De acordo com o censo escolar, no ano de 2018, as matrículas realizadas na educação básica tiveram redução de 1,3 milhão, no período de quatro anos.

É preciso que se informe a população sobre a importância da educação. Mesmo se vencermos todas as batalhas para adotar as melhores práticas educacionais, perderemos a guerra caso as mesmas não contem com o apoio de ação dos estudantes e seus pais. Estes são os atores que, ao fim e ao cabo, vão assegurar o sucesso da política pública. (NERI, 2009, p. 4)

Entre as causas de abandono da formação básica está a distância existente entre moradia dos alunos e instituição, o que limita o acesso à rede, facilitando o desinteresse pelo aprendizado, um cenário econômico desfavorável e a gravidez na adolescência, que afeta principalmente as mulheres. A distância e a dificuldade de acesso as escolas afetam, principalmente, os moradores das zonas rurais do Estado, onde as possibilidades de acesso a escolas públicas são menores do que na zona urbana. (CANAL TÉCNICO, 2018).

É preciso ressaltar também que a situação econômica da família influencia muito nesse fator. Tendo que trabalhar o dia todo para conseguir manter as contas de casa em dia, os pais acabam priorizando atividades laborais em vez de levar os filhos para uma escola distante. Quando crescem, as crianças logo começam a acompanhar o pai ou a mãe no trabalho. A oferta de transporte escolar por parte de órgãos públicos poderia ser uma solução viável para esse problema. (CANAL TÉCNICO, 2018, n.p.)

O fator desinteresse tem grande implicação no cenário atual da evasão escolar. O descrédito em relação à educação pública, e o modelo de ensino/aprendizado que ainda aparece de forma resistente, sofrendo poucas alterações se comparado à era digital, não detêm o poder de despertar o desejo pelo conhecimento, o que faz com que cada vez mais jovens abandonem a educação básica, por não a considerem atrativa.

Criticado inclusive por educadores, o atual sistema de ensino é considerado ultrapassado. Profissionais do ramo acreditam que o tradicional “aluno em carteiras enfileiradas e um professor na frente da sala” não funciona mais como outrora, sendo cada vez mais necessária uma mudança. Não vendo mais motivação para se manter na escola, o jovem começa a faltar com mais frequências às aulas até que o abandono se concretiza. (CANAL TÉCNICO, 2018, n.p.)

A situação econômica que afeta boa parte dos alunos que precisam ter acesso à educação pública aparece, também, como um grande impulsionador da evasão escolar. Necessitando ajudar na renda familiar desde muito cedo, a educação básica acaba ficando de lado e não sendo priorizada. O trabalho que gera algum tipo de renda, mesmo que baixa, e que contribui para a inserção precoce no mercado de trabalho faz com que esse número aumente drasticamente. (CANAL TÉCNICO, 2018).

Assim como os outros fatos apontados, a maternidade na adolescência também é um fator comum. Por falta de conhecimento e acesso à informação, os jovens têm-se tornado pais e mães cada vez mais cedo. Segundo a ONU, o Brasil apresenta um índice de 62 adolescentes grávidas para cada grupo de mil jovens, com faixa etária dos 15 aos 19 anos. Esse número é maior do que a taxa mundial, que soma 44 adolescentes para cada grupo. Com a responsabilidade e a necessidade de promover o cuidado e a criação aos filhos, a educação acaba por deixar de ocupar o topo das prioridades. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020).

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Quando se pensa em qualidade de vida, principalmente no que tange o meio corporativo, naturalmente há uma associação ao estado de saúde, satisfação pessoal e profissional ou, até mesmo, à longa duração da vida, de forma prazerosa. Entretanto, pensar e discutir essa temática é, certamente, mais complexo, valendo-se de um questionamento mais aprofundado.

Epistemologicamente, segundo Lacaz (1996), a saúde do trabalhador ganhou espaço e relevância entre o fim do século XIX e o início do XX, principalmente na área de Medicina preventiva, que visava promover campanhas em benefício da saúde e do bem-estar do trabalhador urbano, potencializando a força da produção operária e o desenvolvimento do capitalismo. Acontecimentos como a Primeira e Segunda Guerra Mundial e Revolução Russa possibilitaram ao Estado uma aceleração no desenvolvimento tecnológico, acarretando uma divisão a respeito do trabalho.

Nesse novo contexto sócio-político e econômico, o custo provocado pela perda de inúmeros trabalhadores decorrentes dos acidentes de trabalhos e também por doenças do trabalho terminou sendo sentido pelos empregadores, desejosos de mais mão-de-obra, e pelas companhias de seguros que precisavam pagar pesadas indenizações às famílias dos mortos ou aos operários que ficavam inválidos. (BATISTA, 2008, p. 34)

No final dos anos 60, adentrando os anos 70, surgiu no Brasil uma nova área de estudo, desenvolvida no âmbito da saúde pública: a saúde do trabalhador. (BATISTA, 2008). A nova área teve como base de estudo a relação entre as doenças e o trabalho, discutindo, assim, as alterações na atuação do trabalhador, abordando novas possibilidades da qualidade de vida. Nessa mesma época, a qualidade de vida passou a ser associada ao conceito de saúde, sugerindo maior durabilidade da vida útil.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a definição de saúde é: “um estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social”. (FLECK, 2000, p. 37). Para Canguilhem (2002), a saúde não é somente correspondente à uma questão biológica, mas uma expressão corporal e um modo de vida.

Compreende-se que, para o homem, a saúde seja um sentimento de segurança na vida, sentimento este que, por si mesmo não se impõe nenhum limite. A palavra *valere*, que deu origem a valor, significa, em latim, passar bem. A saúde é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais. (CANGUILHEM, 2002, p. 79)

Inúmeros são os fatores determinantes ao se tratar da qualidade de vida. Bem-estar no trabalho, motivação, remuneração, laços familiares e sociais, lazer, dentre outros. Segundo Nahas (2010), a relação entre os fatores citados resulta em fenômenos abstratos que podem ser nomeados como qualidade de vida. De uma forma mais ampla, a qualidade de vida é resultado do atendimento das necessidades básicas do ser humano, acompanhado da dignidade e satisfação. Segundo Cortez et al. (2017), o trabalho é considerado um fator determinante a respeito da qualidade de vida, num processo em que saúde e doença estão em contínuo equilíbrio.

Apesar de o trabalho ser um dos fatores de maior relevância ao se tratar de qualidade de vida, aspectos referentes à vida pessoal, lazer e prática de hábitos saudáveis também estão ligados a esse conceito. A Biblioteca Virtual de Saúde (BVS, 2015), em concordância com estudo publicado pela Universidade de São Paulo, elaborou uma cartilha a respeito dos cinco passos para atingir a qualidade de vida de forma plena e satisfatória.

Adotar hábitos saudáveis:

alimente-se de maneira saudável; não fume; evite café e bebidas alcoólicas em excesso; não dirija após ingerir bebida alcoólica; procure dormir 8 horas diárias; faça atividades esportivas e de lazer regularmente; resolva problemas de forma racional, encarando-os positivamente; administre seu tempo realizando uma atividade de cada vez; cultive o bom humor. (BVS, 2015, n.p.)

Atividade laboral:

programa e tire férias anuais; não leve serviço para casa; mantenha o ambiente de trabalho limpo, iluminado, ventilado, sem cigarros, poluição ou barulho excessivo; em momentos de tensão faça um relaxamento com respiração lenta e pausada. (BVS, 2015, n.p.)

Momento para práticas de esporte e lazer:

faça 30 minutos diários de atividade física, de forma contínua; suba e desça escadas em vez de usar elevador; nos momentos livres faça caminhada, pratique esportes, dance; escute música; faça passeios ao ar livre; saia com amigos e família; reserve um tempo só para você. (BVS, 2015, n.p.)

Cuidados e práticas ao sol:

busque as horas mais frescas do dia e evite exposição prolongada ao sol; use sempre protetor solar nas áreas expostas ao sol; use óculos escuros e roupas claras, chapéu ou boné para proteger-se. (BVS, 2015, n.p.)

Alimentação saudável:

faça, no mínimo, cinco refeições ao dia (café da manhã, lanche, almoço, lanche e jantar); coma frutas, legumes e verduras variados diariamente; evite refrigerantes e salgadinhos; beba pelo menos dois litros (6 a 8 copos) de água por dia; faça as refeições em ambiente calmo e nunca assistindo televisão; evite comer em excesso quando estiver nervoso ou ansioso. (BVS, 2015, n.p.)

Não há um conceito padrão para definir a qualidade de vida, principalmente no meio laboral, mas, conforme citado, existem caminhos que são essenciais para a promoção da mesma. Considerando a subjetividade de cada indivíduo, a referência de qualidade de vida de um sujeito nem sempre tem o mesmo sentido para o outro. Mesmo levando em consideração a individualidade de cada sujeito, o ambiente de trabalho deve dispor de uma gestão de qualidade, visando conter os danos referentes à saúde dos colaboradores. No caso dos professores atuantes das escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, essa preocupação deveria pertencer aos governantes.

4.1 SAÚDE DOS PROFESSORES

A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu que o conceito de saúde, conforme explicitado anteriormente, abarcava um estado de completo bem-estar, sendo ele social, físico ou mental. No cenário brasileiro, e de acordo com a Constituição de 1988, a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Visando garantir o direito e acesso à saúde para todos os cidadãos, criou-se o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como base os pilares da universalidade, igualdade de acesso e integralidade no atendimento.

A saúde do trabalhador é uma área de estudo constituída nos moldes da saúde coletiva. De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), a saúde coletiva tem como objetivo planejar e organizar os serviços de saúde prestados à sociedade, através da investigação da produção de doenças sociais. (LIMA; SANTANA; PAIVA, 2015).

Estudos sobre o trabalho docente e saúde no Brasil tiveram início a partir da década de 90. Nesse momento, foram implementadas as primeiras pesquisas acerca da saúde de professores e professoras.

Esforços em diversos locais do país podem ser identificados nesse período, destacando-se os grupos: Universidade de Brasília (UnB) – Wanderley Codo; Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – Tânia Araújo, Eduardo Reis, Annibal Silvanny-Neto, Fernando Carvalho; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Ada Assunção e Dalila Oliveira; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Fundação Oswaldo Cruz (CESTEH/Fiocruz) – Milton Athayde, Jussara Brito, Kátia Reis; Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Mary Neves; Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Elizabeth Barros; e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – Léslie Ferreira. (ARAÚJO, PINHO; MASSON, 2019, p. 2)

Além da Síndrome de Burnout, outras doenças provocadas pela atividade laboral acometem a saúde dos professores da rede pública de ensino das escolas brasileiras. Um estudo realizado por Spitz (2009) aborda os problemas de voz que os professores da rede pública de ensino do Rio de Janeiro desenvolvem. Neste estudo, a autora relata o trabalho realizado pelo Programa de Saúde Vocal (PSV), com visitas periódicas e estudos detalhados sobre o local de trabalho do docente, e como integram e participam da equipe multidisciplinar que busca cuidar dos problemas da saúde do trabalhador, avaliando pesquisas e resultados acerca dos riscos da função vocal dos professores.

Outro problema comum que acomete os professores e é responsável por boa parte do afastamento desses profissionais são a tendinite e os problemas musculares. A ausência de assentos confortáveis, a necessidade de ficar em pé durante uma grande parte do tempo, inclinados sobre a lousa, ou debruçados nas folhas de papel são preditores da ausência de saúde desse profissional. As escolas não possuem políticas públicas e investimento que busquem proporcionar o bem-estar docente e o prolongamento da vida, através da promoção em saúde.

Diante das pesquisas realizadas, tem-se uma série de livros, artigos, matérias de jornais e inúmeras outras constatações que indicam que as condições de trabalho, qualidade de vida e saúde dos professores chegou a um nível de obscuridade, que não pode e não deve mais ser tolerado. Por se tratar de um problema no âmbito da saúde pública, essa discussão, além de ocupar a preocupação e atenção dos gestores públicos do Estado, deve também ser motivo de questionamento e inquietação entre os próprios profissionais da educação, pais, mães, alunos e de toda a rede educacional.

4.2 O QUE FAZER?

Para compreender os notáveis problemas acerca da saúde do professor, faz-se necessário não somente considerar questões particulares, contextualizadas ou sociodemográficas, mas realizar um estudo amplo que aborde todos os contextos e situações que envolvem esses profissionais. É importante e fundamental que haja conscientização entre sociedade,

profissionais e poder público e, para isso, a temática precisa ser abordada nos diferentes âmbitos da educação, visando desnaturalizar o adoecimento.

Faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas sérias e aplicáveis, sustentadas por estudos que exponham os preditores reais, não só do Burnout, como de outras doenças. Não se deve ter a intenção de apontar culpados, mas buscar compreender a realidade e encontrar meios de prevenção do adoecimento. (SPIVAKOSKI, 2010). De acordo com as pesquisas realizadas, foi possível observar que há um considerável número de publicações sobre a temática, mas poucos que abordem a ação de gestores públicos em relação aos professores.

Neste sentido, novos estudos precisam ser realizados como forma de demonstrar a realidade de adoecimento da categoria, reforçando assim a necessidade de que políticas públicas contemplem a assistência à saúde das/os professoras/es. Do mesmo modo, faz-se imperativo que as redes de atenção, assim como preconizado pelo SUS, se atentem à questão, sendo importantes instrumentos os estudos epidemiológicos locais, que poderiam apontar o adoecimento coletivo, combatendo a ideia de que as morbidades nos docentes decorrem de questões individuais. (SANTANA; NEVES, 2017, p. 795)

Para a garantia da saúde e medidas que priorizem a qualidade de vida dos professores, é necessária a criação de leis que assegurem a classe docente e o reforçamento e aplicação rigorosa das já existentes, para que o ambiente de exercício laboral seja cada vez mais favorável a eles, e menos hostil. Entender que o problema é real e gera consequências é o pontapé inicial para o estabelecimento de novos modelos e políticas para que não mais minem o desenvolvimento pedagógico, a saúde e a atuação dos professores. É imprescindível a realização de uma pesquisa ampla e imparcial, elaborada por gestores públicos, que gerem resultados concretos e essenciais para a implementação de medidas voltadas para solução, redução ou, até mesmo, a extinção do Burnout e outras doenças sofridas pelos professores das redes públicas.

Contudo, é de extrema importância frisar que a gestão da saúde desse profissional não seria medida suficiente para extinguir esses impasses, considerando que o ambiente educacional, como um todo, é extremamente adoecedor. As políticas públicas precisam estar voltadas a promoção da qualidade de vida do profissional, e não somente as de saúde, mas, também, as da educação, para que as ações de ambas provoquem efeito significativo no que tange o adoecimento docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Epistemologicamente, o trabalho possuía uma relação composta por diversos pontos negativos e desagradáveis com os indivíduos que o praticavam. Com o desenvolvimento social, o trabalho deixou de ser algo pejorativo, sinônimo de sofrimento e punição para dar espaço às atividades corriqueiras realizadas pelo ser humano, fundamentais para a manutenção e cuidados com a vida.

O trabalho dos professores, o exercício de uma das atividades mais importantes do mundo, ligada à educação, é um dos que possui os mais altos índices de adoecimento. Como foi possível observar, a preocupação por parte das escolas, gestores públicos, pais e alunos com a saúde do professor ainda não é suficiente. A realidade social e econômica que continua viva nas escolas, apesar de todos os avanços, impactando na atuação desse profissional de forma desagradável e negativa, evidencia o quanto a atuação docente é romantizada e destoante da realidade.

A Síndrome de Burnout é caracterizada por um prolongamento do estresse laboral, bem como o desenvolvimento de outros sintomas. Por se tratar de uma doença relacionada à atividade laboral desenvolvida pelo indivíduo, pelos inúmeros fatores apresentados no presente trabalho, o Burnout é uma doença que acomete principalmente profissionais que atuam em contato direto com o público, seja ele interno ou externo, e esse é o caso dos professores.

A bibliografia acerca do tema evidencia que o professor, principalmente os atuantes da rede pública de ensino, já apresentam números alarmantes em relação a diagnósticos de Burnout, e os profissionais que não apresentam sintomas não estão livres, já que correm o risco de desenvolver a doença. Dentre os principais fatores causadores dessa síndrome estão o baixo reconhecimento, a baixa remuneração, conflitos entre trabalho e lazer e exposição a um ambiente de trabalho agressivo.

Este trabalho buscou apresentar os pontos negativos aos quais são expostos os professores, visando apontar os motivos que dão origem à doença, traçar os desafios da atividade laboral docente e apresentar meios que possam promover a qualidade de vida, saúde

e maior satisfação dos professores da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro. Destarte, o desafio das organizações, gestores públicos, comunidades escolares, pais, alunos e professores é somar em ações e investimentos na formação, atuação e desenvolvimento do profissional docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, R. M.; MARQUES, R. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa.** São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.
- ALVES, G. S. V. **Profissão Docente e Síndrome de Burnout: Adoecimento e Perda de Sentido.** Barretos: Editora Realize, 2016.
- ALVES, M. E. Síndrome de Burnout: Revisão da Literatura. **Psychiatry Online Brasil**, Porto Alegre, v. 22, n. 9, set. 2017.
- ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; MASSON, M. L. V. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v.35, supl. 1, mai. 2019.
- ARAYAGO, R. et al: Síndrome de Burnout en residentes y especialistas de anestesiología. **Salus**, Valência, v. 20, n. 1, p. 13-21, abr. 2016.
- BARROS, J. Escola X Violência. **Brasil Escola**. 2019. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/educacao/escola-x-violencia.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- BATISTA, J. B. V. et al. Prevalência da Síndrome de Burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 502-512, set. 2010.
- BATISTA, P. H. **Trabalho & Saúde dos Professores de Educação Física nas Escolas Municipais do Rio de Janeiro.** 2008. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências na Área de Saúde Pública) – Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- BECKER, K. L.; KASSOUF, A. L. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Nova Economia** [online], v. 26, n. 2, p. 653-677, 2016.
- BENEDETTI, K. S.; MARCO, I. **Eu, Professora e Burnout: Como o Sistema Público de Ensino Adoece Professores Dedicados e Prejudica Alunos Interessados.** Curitiba: Juruá Editora, 2016.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. Burnout: O processo de adoecer pelo trabalho. In: BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. (Org.). **Burnout: quando o trabalho ameaça o bemestar do trabalhador.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 21-91.

- BERNARDES, P. F. Síndrome de Burn-out - Considerações Iniciais. In: MENDANHA, M. H.; SHIOZAWA, P. (Orgs.). **Desvendando o Burn-out: Uma análise interdisciplinar da Síndrome do Esgotamento Profissional**. São Paulo: Editora LTR, 2018. cap. 1, p. 7-11.
- BERNARDO, A. Precisamos falar sobre Burnout. **VEJA Saúde**, [S.l.], 20 mai. 19. Bem-Estar. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/especiais/precisamos-falar-sobre-burnout/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Qualidade de vida em cinco passos. **Ministério da Saúde**, [S.l.], 14 set. 2015. Disponível em: <<http://bvsm.saude.gov.br/dicas-em-saude/2107-qualidade-de-vida-em-cinco-passos>>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- BORBA, B. M. R. et al. Síndrome de Burnout em professores: estudo comparativo entre o ensino público e privado. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 33, n. 80, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL, Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- BRASIL. Portaria nº 1.679 de 19 de setembro de 2002. Dispõe sobre a estruturação da rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador no SUS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/nhxH5d>>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- CANAL TÉCNICO. **Evasão Escolar: Causas, consequências e como evitar**. 2018. Disponível em: <<https://canaltecnico.somosensinotecnico.com.br/evasao-escolar/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CARLOTTO, M. S. A Síndrome de Burnout e o Trabalho Docente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, jan./jun. 2002.
- CARMO, P. S. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 2001.
- CARVALHO, B.; SALES, R. Número de tiroteios perto de escolas e creches no Rio envolvendo policiais cresce 54% nos cinco primeiros meses do ano. **G1**, [S.l.], 17 jun. 2019. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/17/numero-de-tiroteios-perto-de-escolas-e-creches-cresce-54percent-nos-cinco-primeiros-meses-do-ano.ghtml>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- CORTEZ, P. F. et al. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cadernos de Saúde Coletiva** [online], v. 25, n. 1, p. 113-122, mar. 2017.
- DALAGASPERINA, P.; MONTEIRO, J. K. Preditores da síndrome de burnout em docentes do ensino privado. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 19, n. 2, p. 265-275, mai./ago. 2014.

- DALCIN, L.; CARLOTTO, M. S. Avaliação de efeito de uma intervenção para a Síndrome de Burnout em professores. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 22, n. 1, jan./abr. 2018.
- DIAS, D. D. Consumos e os modos de vida: problematizações sobre a estilística da existência e os modos de consumir. 2015. 138 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – UFRS, Porto Alegre, RS, 2015.
- DIEHL, L.; MARIN, A. H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 7, n. 2, dez. 2016.
- DIEHL, L.; CARLOTTO, M. S. Conhecimento de professores sobre a Síndrome de Burnout: processos, fatores de risco e consequências. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 4, p. 741-752, out./dez. 2014.
- EDUCATION AT A GLANCE. Visão geral da educação 2018. **OECDiLibrary**, [s. l.], 11 set. 2018. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/eag-2018-en.pdf?expires=1593461067&id=id&accname=guest&checksum=69A8B53561EFA8FFF260899E6F6559CB>>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- ESTEVES-FERREIRA, A. A.; SANTOS, D. E.; RIGOLON, R. G. Avaliação comparativa dos sintomas da síndrome burnout em professores de escolas públicas e privadas. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 19, n. 59, p.987-1002, 2014.
- FARBER, B. A. **Crise na educação: estresse e desgaste no professor americano**. São Francisco: Jossey-Bass Inc, 1991.
- FERREIRA, R. A. Brasil lidera ranking de violência contra professores. **Jornal da USP**, [S.l.], 6 dez. 2016. Atualidades. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-lidera-ranking-de-violencia-contraprofessores/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- FLECK, M. P. A. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Ciência e Saúde Coletiva** [online], v. 5, n.1, p.33-38, 2000.
- GATTI, B. A. Formação de Professores: Condições e Problemas Atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetininga, v. 1, n. 2, abr./jun. 2016.
- GUIA DA CARREIRA. **Descubra quanto tempo dura o curso de Pedagogia**. 2019. Disponível em: <[http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/766ebcd59621e305170616ba3d](https://www.guiadacarreira.com.br/cursos/descubra-quanto-tempo-dura-o-curso-de-pedagogia/#:~:text=Dura%C3%A7%C3%A3o%20do%20curso%20de%20Pedagogia&text=A%20carga%20hor%C3%A1ria%20m%C3%ADnima%20do%20curso%20de%20Pedagogia%2C%20segundo%20o,a%20quatro%20anos%20de%20estudos.>>. Acesso em: 15 dez. 2019.</p>
<p>GURGEL, C. R.; MATOS, F. A. S. A violência contra professores: saberes e práticas. Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <

3dac32.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Thompson, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO UNIBANCO. Quem são os jovens fora da escola. **Aprendizagem em Foco**, [S.l.], fev. 2016. Gestão. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/5/>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

JACQUES, G. M. **Saúde Mental e Trabalho**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

JODAS, D. A.; HADDAD, M. C. L. Síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem de um pronto socorro de hospital universitário. **Acta Paulista de Enfermagem** [online], v. 22, n. 2, p.192-197, 2009.

KANAN, L. A.; ARRUDA, M. P. A organização do trabalho na era digital. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 30, n. 4, out./dec. 2013.

KENSKI, V. M. **O papel do Professor na Sociedade**: Ensinar a Ensinar – Didática para a Escola Fundamental e Média. São Paulo: Editora Pioneira Thompson Learning, 2001.

KOGA, G. K. C. et al. Fatores associados a piores níveis na escala de Burnout em professores da educação básica. **Cadernos de Saúde Coletiva** [online], v. 23, n. 3, p.268-275, 2015.

KUBO, S. H.; GOUVÊA, M. A. Análise de fatores associados ao significado de trabalho. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 540-554, out./nov./dez. 2012.

LACAZ, F. A. **Saúde do trabalhador**: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical. 116. 456 f. Tese (Doutorado em Medicina) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.

LIMA, C. F. et al. Avaliação psicométrica do Maslach Burnout Inventory em profissionais de Enfermagem. In: II Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2009.

LIMA, N. T.; SANTANA, J. P.; PAIVA, C. H. A. (Orgs.). **Saúde coletiva**: a Abrasco em 35 anos de história. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

LIMONGI FRANÇA, L. C. A.; RODRIGUES, L. A. **Stress e Trabalho**: Uma abordagem Psicossomática. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIPP, M. E. N. **O stress do professor**. Campinas: Papyrus, 2012, p. 63-80.

LONGAIGH, C. N. Uma Introdução à Educação Pública no Rio de Janeiro. **Rio On Watch**, Rio de Janeiro, 17 fev. 2017. Entendendo o Rio. Disponível em: <<https://riononwatch.org.br/?p=24544>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

- LUZ, J. G. et al. Implicações do ambiente, condições e organização do trabalho na saúde do professor: uma revisão sistemática. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, dez. 2019.
- MARTINS, E. Depressão e Ansiedade: a síndrome que atinge 20 milhões de brasileiros. **Época**, São Paulo, 13 dez. 2019. Brasil. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/depressao-ansiedade-sindrome-que-atinge-20-milhoes-de-brasileiros-24135915>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- MASLACH, C; JACKSON, S. E. **Maslach Burnout Inventory**. 2 ed., Palo Alto: Consulting Psychologists, 1986.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Piso Salarial do Magistério é reajustado no Rio de Janeiro**. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=72571>>. Acesso em 14 out. 2019.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema Único de Saúde (SUS):** estrutura, princípios e como funciona. In: Sistema Único de Saúde (SUS). [S. l.], 15 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- MORAES, M. E. **Síndrome de Burnout em professores de escolas municipais do interior de São Paulo**. 2016. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, São Paulo, SP, 2016.
- MUNDO RH. Afastamento do trabalho pela síndrome de Burnout aumenta em 114%. **Mundo RH**, [S.l.], 26 jul. 2019. Saúde. Disponível em: <<https://www.mundorh.com.br/afastamentos-do-trabalho-pela-sindrome-de-burnout-aumenta-em-114/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Taxa de gravidez na adolescência no Brasil está acima da média mundial, aponta ONU. **ONU**, [S.l.], 20 fev. 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/taxa-de-gravidez-na-adolescencia-no-brasil-esta-acima-da-media-mundial-aponta-onu/#:~:text=A%20taxa%20de%20fecundidade%20no,de%20m%C3%A3es%20adolescentes%20no%20pa%C3%ADs.>>>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 5 ed. Londrina: Midiograf, 2010.
- NERI, M. C. **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.
- NÓVOA, A. Formação de Professores e Profissão Docente. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 13-33.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Cartilha sobre o trabalhador(a)**. Conceitos, direitos, deveres e informações sobre a relação de trabalho. 2012.
- PEREIRA, L. A; FELIPE, D. A.; FRANÇA, F. F. Origem da Escola Pública Brasileira: a formação do novo homem. **Revista HISTEDBR** [online], v. 12, n. 45e, mai. 2012.

- PEREIRA, R. F. Síndrome de Burnout: (Esgotamento). **Núcleo Interface de Psicologia Clínica**, São Paulo, 2019.
- PREFEITURA DO RIO. Educação em Números. 2019. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- RAUPP, L. M.; JUSTEN, D. E. Síndrome de Burnout em professores do Ensino médio: estudo qualitativo baseado no biográfico de Kelchtermans. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 46, p. 81-97, jan./jun. 2016.
- RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia (Ribeirão Preto)** [online], n. 4, p. 15-30, jul. 1993.
- RJTV. Metade dos professores afastados na rede estadual do RJ pediu licença por problemas psiquiátricos. **G1**, [S.l.], 25 set. 2018. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/25/metade-dos-professores-afastados-na-rede-estadual-do-rj-pediu-licenca-por-problemas-psiquiatricos.ghtml>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- ROBAYO-TAMAYO, M. **Relação entre a síndrome de burnout e os valores organizacionais no pessoal de enfermagem de dois hospitais públicos**. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e do Trabalho) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1997.
- SÁ, T. T.; ALVES NETO, F. R. A Docência no Brasil: História, Obstáculos e Perspectivas de Formação e Profissionalização no Século XXI. **Revista Tropos**, Rio Branco, v. 5, n. 1, jul. 2016.
- SALANOVA, M.; MARTÍNEZ, I. M.; LORENTE, L. ¿Cómo se relacionan los obstáculos y facilitadores organizacionales con el burnout docente?: Un estudio longitudinal. **Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones**, Madrid, v. 21, n. 1-2, p. 37-54, 2005.
- SALÁRIO. **Professor das Séries Iniciais - Salário 2019 - Rio de Janeiro, RJ**. 2019. Disponível em: <<https://www.salario.com.br/profissao/professor-das-series-iniciais-cbo-231210/rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 14 out. 2019.
- SANTANA, F. A. L.; NEVES, I. R. Saúde do trabalhador em educação: a gestão da saúde de professores de escolas públicas brasileiras. **Saúde e Sociedade** [online], v. 26, n. 3, p.786-797, 2017.
- SANTIAGO, A. Mesmo em crise, estados pagam acima do piso para professores: veja ranking. **Gazeta do Povo**, [s. l.], 4 abr. 2019. Educação. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mesmo-em-crise-estados-pagam-acima-do-piso-para-professores-veja-ranking/#:~:text=Mesmo%20em%20crise%2C%20estados%20pagam,piso%20para%20professores%3B%20veja%20ranking&text=Institu%C3%ADdo%20pela%20Lei%2011.738%20de,maior%20parte%20dos%20governos%20estaduais.>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

- SILVA, A. F. et al. Fatores que prevalecem ao esgotamento profissional em professores. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 25, n. 2, p. 333-339, 2017.
- SILVA, J. L. L. et al. Prevalência da síndrome de Burnout entre professores da Escola Estadual em Niterói, Brasil. **Enfermería Actual de Costa Rica** [online], v. 34, p. 14-25, jan./jun. 2018.
- SOARES, M. B.; MACHADO, L. B. Violência contra o professor nas representações sociais de docentes. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 333-354, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n1p333>>. Acesso em: 4 set. 2019.
- SOUZA, M. L. S. Formação e profissionalização docente. **EntreVer**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 289-294, jul./dez. 2012.
- SPIVAKOSKI, L. S. S. Mal-estar docente: prevenção e políticas públicas. **Gestão Escolar**, [s. l.], 2010.
- SPITZ, C. **Para não calar a voz dos nossos professores**: um estudo das disordens vocais apresentadas pelos professores da rede pública municipal do Rio de Janeiro. 2009. 221 f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2009.
- SPOLIDORIO, J. Por que o professor é desvalorizado? **Centro do Professorado Paulista**, [S.l.], 30 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.cpp.org.br/informacao/ponto-vista/item/12764-por-que-o-professor-e-desvalorizado>>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- ZINET, C. Gravidez é responsável por 18% da evasão escolar entre meninas. **Centro de Referências em Educação Integral**, [S. l.], 20 jan. 2016. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/gravidez-e-responsavel-por-18-da-evasao-escolas-entre-meninas/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LAIS SOARES COUTINHO

VANESSA CARINE GIL DE ALCANTARA

